



INSTITUTO DE HUMANIDADE – IH
BACHARELADO EM HUMANIDADES

DANILSON PEDRO NANQUE

**ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU NO PERÍODO PÓS
INDEPENDÊNCIA (2003-2018): DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

REDENÇÃO
2019

DANILSON PEDRO NANQUE

**ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU NO PERÍODO PÓS
INDEPENDÊNCIA (2003-2018): DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Trabalho de conclusão de curso a ser apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB

Orientadora: Prof.^a. Dra. Artemisa Odila Cande Monteiro

REDENÇÃO/CE

2019

RESUMO

O presente trabalho consiste em analisar o ensino superior na Guiné-Bissau no período pós independência, compreendendo o período de 2003 a 2018. O ano de 2003 foi um marco no setor de ensino guineense, ano este que as duas grandes instituições universitárias do país foram criadas (a Universidade Amílcar Cabral -UAC e a Universidade Colinas de Boé - UCB) a primeira de caráter pública e a segunda privada. O objetivo deste trabalho consiste em fazer uma análise do estado da arte do ensino superior, as políticas do governo para o setor educacional e compreender qual é o fator que leva muitos jovens guineenses a preferirem estudar fora do país.

Recorremos a técnica da revisão bibliográfica, com base nos artigos, TCCs, Monografias, Dissertações também com base nas entrevistas para alcançarmos os nossos objetivos. Trata-se de um estudo de caso em que procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores.

Palavras-chaves: Guiné-Bissau, Ensino Superior. Formação. Desafios. Políticas do governo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. PROBLEMÁTICA	6
3. JUSTIFICATIVA	7
3. OBJETIVOS	9
3.1 Objetivo Geral	9
3.2 Objetivos Específicos	9
4. HIPÓTESE	10
5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
5.1 O surgimento das Universidades na Guiné-Bissau	11
5.2 Acesso ao Ensino Superior na Guiné-Bissau e o investimento do Estado	16
5.3 O papel do Ensino superior no progresso da sociedade guineense	20
6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
7.REFERÊNCIAS	24

1. INTRODUÇÃO

A República da Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África, possui uma superfície de 36.125 km², ao norte faz fronteira com a República do Senegal, a leste e ao sul com a República da Guiné Conakry.

A Guiné-Bissau está dividida em três províncias (Norte, Sul e Leste), oito (08) regiões administrativas (Bafatá, Gabú, Oio, Cacheu, Tombali, Quinara, Biombo e Bolama Bijagós) que fazem parte do território continental, contando com o setor autônomo de Bissau, capital do país, e trinta e sete setores, constituídos por seções, compostas por aldeias; 31% da população vive na capital Bissau. A população é de aproximadamente 1,7 milhão de habitantes, segundo o autor, e dividida em aproximadamente trinta (30) grupos étnicos, os grupos mais numerosos são os Balanta (30% da população), os Fula (20%) Manjaco (14%). Mandinga (13%), e os Papel (7%). No litoral, predominam os Balanta que cultivam arroz e gado bovino. O interior é ocupado pelos Fula que se dedicam à criação de gado e à agricultura itinerante. (SILVA 2016, p. 27)

Durante os vários séculos de presença e décadas de dominação colonial, a grande maioria dos guineenses. De acordo com Furtado (2005) os indígenas, encontrava-se fora do sistema educativo (e sem direito a ele). Uns poucos eram entregues à educação missionária e apenas uma minoria, os civilizados, tinha o privilégio de aceder à instrução. (Silva 2016)

Segundo Teixeira (2015, p. 142 apud FATI 2018, p.2) a “Guiné Portuguesa” é o nome dado à atual Guiné-Bissau pelo colonialismo português antes da sua independência. Guiné viveu durante cinco séculos sob a ocupação colonial portuguesa e fez onze anos de luta armada pela libertação nacional de 1963 a 1973. Ainda segundo o autor, a noção de educação básica construída pelo Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) no período pré-independência e como tal projeto buscava se apresentar como um contraponto escolarização colonial portuguesa.

Para Cá (2010) “O PAIGC desempenhou papel importante nas zonas libertadas da Guiné, principalmente no setor da educação”. O partido trabalhava desde 1963 período de início da luta armada até 1973 a data do fim da luta contra o colonizador com intuito de criar escolas nessas zonas para minimizar o problema da educação escolar na Guiné. O PAIGC foi muito estratégico nesse ponto, numa altura que o país emergia de uma luta arma contra regime colonial, percebeu que a única forma de conscientizar a população é permitindo-lhes acesso à educação.

O objetivo deste trabalho é pensar sobre o ensino superior na Guiné Bissau. Entretanto, vamos tentar tecer ~~de~~ como começou o processo de ensino e aprendizagem, isto é, do básico a superior.

Na perspectiva de Fati (2018) “a educação básica foi um instrumento de resistência de um projeto educativo criado pelo partido PAIGC nas Zonas Libertadas visava à expansão da educação básica como forma de dar a instrução escolar de base para as crianças e jovens”. No dia 24 de setembro de 1973 o PAIGC proclamou de forma unilateral a independência deste país.

2. PROBLEMÁTICA

Vale aqui mostrar que a Guiné-Bissau faz parte dos países que aderiram ao Programa de Educação Para Todos (EPT). Ciente do papel fundamental da Educação para o desenvolvimento econômico e social, o governo guineense abraçou várias iniciativas no setor educativo mesmo sabendo da sua limitação institucional aceitou o desafio proposto neste quadro mundial. (CÁ, VIRGÍNIA 2015, p. 44).

- ❖ O Estado tem criado as condições necessárias para que a população tenha acesso ao ensino superior?

- ❖ Feito isso, o nosso questionamento é, qual o investimento do Estado para o setor educativo principalmente no ensino superior?

- ❖ Porquê muitos dos jovens guineenses continuam a irem estudar fora do país?

Estas indagações sempre nos incomodam enquanto guineenses e acadêmicos, no entanto, concluirmos que é de suma importância transforma-las num projeto de pesquisa no âmbito acadêmico com intuídos de poder compreende-las como mais clareza, e não só. Mas também para colocar este debate no seio dos acadêmicos. Vale aqui fazer um diálogo com Furtado (2005), que na sua concepção, “para encarar os gigantescos desafios impostos pela educação e pelo desenvolvimento, os países Africanos deverão debruçar-se profundamente sobre a sua situação e adotar novas atitudes e políticas que criem um clima mais favorável ao seu progresso”. No caso específico da Guiné-Bissau.

3. JUSTIFICATIVA

O interesse no tema surgiu da necessidade de analisar o ensino superior da Guiné-Bissau pós independência até os dias atuais (2003-2018). Haja vista que, de acordo com Sani (2013), a educação superior em Guiné-Bissau teve o seu início tardio devido a política de colonização portuguesa que não desenvolveu a educação formal para além dos Liceus. Neste sentido, desde a independência em 1973, a educação superior do país tem enfrentado vários desafios, sendo implementada as primeiras Universidade nos anos 2003, e até hoje nenhum governo construiu uma instituição do ensino superior pública para atender a demanda que cada vez é maior.

Outro motivo que levou a escolha desse tema é o interesse em compreender o estado da educação que segundo Sani (2013), “é caracterizado como precário pela de falta de investimento do Governo, fato que se traduziu quer na falta de professores qualificados, de infraestruturas escolares, de manuais escolares, de bibliotecas e livrarias para atender os estudantes”. Além das dificuldades que estudantes enfrentam para ingressar nas faculdades. Me interessa também mapear as políticas públicas educacionais existentes no país para o desenvolvimento socioeconômico, cultural e educacional. Também compreender se foi posta em prática aquilo que foi um dos objetivos que levou a libertação da Guiné-Bissau que segundo Cá (2000, p. 11) era desenvolver nas novas gerações capacidades intelectuais, reflexivas e críticas para contribuírem com o desenvolvimento da Guiné após a independência

Também tendo em conta as crises e sucessivos golpes de estado que o país teve nos últimos anos, levou-me a querer entender se esses fracassos têm a ver com falta de preparação acadêmica dos nossos dirigentes políticos dado que a implementação da educação superior no país foi tardia.

Este trabalho é importante para a sociedade guineense pensar o ensino superior pós independência, como se deu a sua implementação e porque até hoje muitos guineenses estão saindo para estudar fora do país, de igual modo importante porque permitirá pensar o sistema educacional a partir de uma visão contemporânea e fazendo uma comparação com os países da sub-região caso de Senegal, Guiné-Conakry ou Gâmbia, para melhor se posicionarem a respeito do tema saber exigir do governo a tomada das medidas cabíveis a fim de cumprir com aquilo que é um dos direitos fundamentais da população, de acesso a ensino superior de qualidade, que passa

necessariamente na criação das universidades e de formação de profissionais capacitados, por isso espero que este trabalho possa ser lido por muitos guineenses, principalmente para a classe política que seja feita avaliação a respeito da temática, se a situação atual do país não tem a ver com falta de recursos humanos qualificados, que atendam às necessidades do país.

Acredito que esse trabalho possa contribuir para melhor compreensão sobre a temática que é do ensino superior em diferentes momentos da sua construção, e que sirva de apoio para os futuros pesquisadores que quiserem trabalhar nessa temática e, por outro lado, que sirva também de esclarecimento para a população guineense que tem questionado sobre a contribuição do estado para com a educação pública.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar o sistema de ensino superior guineense pós-independência, seus desafios e perspectivas.

3.2 Objetivos específicos

- Analisar o estado da arte do ensino superior, na Guiné-Bissau e as políticas do governo para o setor educacional;
- Entender o que leva muitos guineenses a irem para o exterior em busca de formação superior;
- Contribuir para discussões teóricas sobre o Ensino superior na Guiné-Bissau.

4. HIPÓTESE

H1. O país carece das instituições públicas do ensino superior, entretanto, as privadas que existem também estão centralizadas na capital Bissau. O fato, que muitas das vezes, impossibilita os jovens das outras regiões a terem acesso ao ensino superior.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

5.1 O surgimento das Universidades na Guiné-Bissau

Segundo Augel (1998, p.24 apud SANHA (2009) “ao raiar a independência, a Guiné-Bissau possuía dezessete quadros de formação média e quatorze de formação universitária”. Nesta condição, tornaria muito difícil o país trilhar o caminho do desenvolvimento, sendo uma das razões da luta de libertação nacional.

Como podemos ver depois da independência o país precisava de quadros capazes de levar adiante o desenvolvimento econômico e sustentável, para tal era necessárias pessoas com formação adequada. Para Sanha (2009):

Em 1973, foi confrontada com a carência de Recursos Humanos qualificados em todas as áreas e instituições da soberania nacional. Os sucessivos governos foram estabelecendo relações de cooperação com os seus parceiros de desenvolvimento, no domínio de ensino médio, profissional e, posteriormente, ao nível de formação superior. A maioria dos acordos celebrados consistia no envio dos estudantes guineenses para formação no estrangeiro. Tendo em conta o número limitado de bolsas e crescente procura, especialmente para o ensino superior, o país foi confrontado com a necessidade de desenvolvimento do próprio – nacional ensino superior. (SANHA, 2009, p.37)

Percebe-se, portanto, que o motivo pelo qual temos uma classe política com esse baixo nível de formação. Nesta senda, SANI (2013) adverte que “a situação colonial não criou oportunidades de o país desenvolver um ensino de qualidade para todos, porque à maioria dos guineenses era negado o acesso àquilo que é considerado um valor fundamental da sociedade humana: a educação escolar”. O país colonizador pouco investiu na educação da população, em relação a outros países como Inglaterra, França nas suas colônias como a Gâmbia e Senegal, respectivamente.

A Guiné Bissau figura como um dos últimos países africanos a ter uma universidade, enquanto, olhando-se em torno, constata-se que em outros países também vítimas da colonização a situação foi diferente. Visto que nos outros países colonizados pela Inglaterra tiveram as universidades desde século XV. Ainda (EUGEL (2009 p. 140).

Portugal demorou até a metade do século XX para seguir o exemplo dos outros países colonizadores. Com isto vimos que as primeiras universidades nos países

colonizados por Portugal surgiram no século XX com fundação da primeira universidade em Angola em 1968. (AUGEL, p.140).

O surgimento do ensino superior na Guiné-Bissau passou por muitas etapas até concretizar-se. A iniciativa de criação da universidade na Guiné-Bissau apoiou-se nas diretivas do Plano-Quadro Nacional Educação para o desenvolvimento Humano, baseado na constatação que a Guiné-Bissau precisa formar internamente seus quadros para o desenvolvimento durável e auto sustentado.

Segundo Sani, (2013), durante o período colonial, “o ensino não passava para além do ensino básico complementar”. Diante dessa perspectiva, os governos seguintes foram estabelecendo relações de cooperação visando parcerias para o desenvolvimento, nos respectivos níveis de ensino médio, profissional e posteriormente, ao nível superior.

Por sua vez, Augel (2009) fala-nos que, “foram criados em 1979, Gabinete de Estudos e Orientação Pedagógica, a Escola de Direito, Escola Normal Superior Tchico Té”. Do mesmo ano também foi criada Escola Nacional Da Educação Física e dos Desportos, inicialmente amparada pela cooperação portuguesa.

Inicialmente Escola Normal Superior “Tchico Té”, tinha o propósito de formar os professores com o nível bacharel capazes de atuar no ensino secundário, só em 1998 foi possível implementar a licenciatura e literatura portuguesa. De acordo com SANHA (2009), em resposta a crescentes necessidades de quadros qualificados na administração pública foi aberto, em meados da década 80, o Centro de Formação Administrativa –CENFA. Atualmente este centro oferece os cursos médios de Contabilidade e Administração para cerca de 1700 alunos. A partir do ano 2008 nestas áreas são ministrados também os cursos de Licenciatura, com 245 alunos inscritos.

Conforme EUGEL (2009) “a antiga escola de Habilitação de professores de posto escolar de Bolama (EHPP) “era dedicada a formação de professores do ensino básico, isto é, de 1 a 4 classe”, foi elevada ao nível de escola normal, com o nome do líder Amílcar Cabral”, e passou a formar os alunos do ensino básico de 1 classe a 6 classe. Também foi criada em Bissau a Escola Normal 17 fevereiro, destinada a formação dos professores do ensino básico.

No entanto, nota-se que até nessa altura o país não dispunha de universidade capaz de formar técnicos, engenheiros ou cientistas, o sistema era mais virado para o ensino básico e secundário, isto é formar professores que atuariam no ensino básico. De acordo com Sanha (2009) Em 1986, com ajuda da “Cooperação Cubana”, foi criada a

Faculdade de Medicina, tendo como o principal objetivo dotar o país de quadros médicos nos diferentes sectores de saúde. Desativada mais tarde, no princípio da década 90, devido as dificuldades financeiras que esta instituição vinha confrontado, a Faculdade de Medicina veio a ser relançada em 2004, sendo a partir deste ano integrada nas estruturas da Universidade Amílcar Cabral. Conforme Sanha (2009):

Desde ano 1990 o país dispõe de uma Faculdade de Direito (FDB) que surgiu em resultado da cooperação da Faculdade de Direito de Lisboa com a Escola de Direito de Bissau, fundada em 1979, através do Decreto-lei n.º 22, de 27 de Setembro. Em 1990 a Faculdade de Direito de Lisboa assumiu a assessoria científica e pedagógica na Escola de Direito que foi transformada em Faculdade de Direito de Bissau. Desde a sua fundação a Faculdade de Direito de Bissau continua contribuindo de melhor forma para o reforço das instituições estatais e a melhoria do funcionamento da administração: ao longo dos anos da sua existência já tem formado cerca de 241 juristas – e, através da cooperação com a faculdade de Direito de Lisboa, já formou mais de 30 Mestres em Ciências Jurídicas. (SANHA 2009, p. 38)

De acordo com Sani (2009), em 1986, com o intuito de dotar o país de quadros superiores de saúde, o governo, “através da cooperação cubana, cria a Faculdade de Medicina”. Sabe-se que muitos médicos nacionais se formaram nesta instituição de formação superior que muito estão contribuindo na melhoria do sistema de saúde nacional, apesar das dificuldades de melhores condições de trabalho. Essa faculdade de medicina não só funciona em Bissau, mas também em algumas cidades das regiões do país. Partindo disso, Sucuma (2013, p.1-2) afirma que:

Nos finais dos anos 90, as autoridades Bissau-guineenses começaram a reconhecer a necessidade de valorizar as capacidades nacionais no âmbito da formação, que passava necessariamente pela criação de uma capacidade nacional de formação e investigação inserção de assistência técnica e valorização de recursos humanos na formação e viabilização de um programa de formação, organização e gestão do mercado de trabalho. Inclusive o Ministério da Educação incluiu no seu Plano-Quadro Nacional “Educação para o Desenvolvimento Humano” no país onde o ensino superior, a pesquisa e o desenvolvimento devem ocupar um espaço privilegiado, deixando de priorizar a formação no exterior como alternativa, sem, no entanto, oficializar a criação de uma universidade. Nesta perspectiva começou a germinar a primeira reflexão sobre um projeto que visava instituir uma Universidade na Guiné-Bissau desde os anos 80 até 90 proposto pelo Carlos Lopes, ex-Diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP).

A estrutura deste projeto se insere na criação de uma federação das instituições universitárias e para-universitárias existentes no país. Daí nasce a proposta da Universidade de Bissau (UNIBIS), quando em 1997 foi celebrado um protocolo de intenção entre o Ministério da Educação e a Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada, prevendo instalação da Lusíada em Bissau. Com a queda do governo de Manuel Saturnino Costa, o projeto foi paralisado (SUCUMA 2013, p. 1-2)

Vimos que os esforços políticos do Estado Guineense na altura de criar universidades serem plausíveis, Sucuma defende que naquele momento era preciso a realização de estudo de viabilidade para justificar a criação da universidade de Bissau. De acordo com a entrevista de SUCUMA (2013, p.2-3) realizado com a Odete Semedo na altura ministra da educação afirma que:

O projeto da UNIBIS proposto pelo Carlos Lopes iria acolher estudantes dos Países da Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com campos em Bissau. Tinha uma comissão instaladora composta por: Benjamim Pinto Bul, Dom Settimio A. Ferazeta, Fátima Silva, Maria Odete Semedo, Manecas dos Santos, Paulo Silva. O debate sobre a proposta da UNIBIS ficou parado por um bom tempo quando Carlos Lopes assumiu a diretoria do INEP em 1984, quando ainda o projeto não atingiu o seu amadurecimento, como líder deste processo acabou passando o dossiê para o Ministério da Educação. Em 1997 foi retomada a negociação do projeto que não deu certo devido o conflito político-militar de 07 de junho de 1998. Outro aspecto que contribuiu no fracasso deste projeto estava também nas preferências de vários membros que participavam no processo em que alguns queriam a criação da Universidade Lusíada para substituir a UNIBIS defendida por alguns e outros defendiam a Lusófona posteriormente em 1999 na época em que Galde Baldé era Ministro da Educação (entrevista realizada em 14 de junho de 2012, Bissau). (SUCUMA 2013, p.2-3).

De acordo com as palavras de Odete Semedo, podemos perceber que o projeto da implementação da UNIBIS não poderia ter pernas compridas, além do conflito de 1998, vimos por outro lado que, tinham certos membros que preferiam Universidade Lusófona, e outros Universidade Lusíada ao invés da UNIBIS.

Segundo MONTEIRO (2008, apud AUGEL 2009), nos informa que “só em 1999 com impulso pessoal de Francisco José Fadul então primeiro ministro, que o Governo da Unidade Nacional (GUN) criou a primeira universidade pública do país denominado Universidade Lusófona Amílcar Cabral (UAC)”. (AUGEL 2009, p.143. *apud* MONTEIRO 2008, p.6)

O ano de 2003 foi muito importante para Guiné-Bissau porque foi o ano em que as duas grandes instituições universitárias do país foram fundadas, isto é a Universidade Amílcar Cabral (UAC) e a Universidade Colinas de Boé (UCB), esta última foi a primeira universidade privada do país.

Como a única universidade pública da Guiné-Bissau, a Universidade Amílcar Cabral contava, em princípio, com onze cursos de licenciatura, a saber: Economia, Administração e Gestão de Empresas; Gestão de Recursos Humanos; Engenharia Informática; Enfermagem Superior; Serviço Social, Sociologia,

Comunicação Organizacional e Jornalismo; Medicina; Ciências da Educação sendo extinto o curso de Arquitetura em 2007.

A tentativa de instituir uma Universidade pública na Guiné-Bissau começou com os passos importantes, considerado ideais neste processo a começar pela publicação de decretos aprovado no conselho dos ministros do Governo da Unidade Nacional-GUN (um governo de transição); em seguida a instauração de uma comissão para realizar o estudo de viabilidade sobre a institucionalização de uma universidade pública no país, fato que não tinha acontecido na primeira tentativa da criação da UNIBIS (Universidade de Bissau). (SUCUMA, 2014 p. 5).

Sendo assim, Augel (2009) afirma que, “depois da criação da Universidade Amílcar Cabral (UAC) surgiu várias outras instituições universitárias privadas”.

De acordo com SANI (2013), “em 2007, foi aberta a Universidade Católica da África Ocidental (UCAO) oferecendo curso de Administração na capital Bissau” em 2008, foi criado o Instituto Superior de Gestão de Bissau (ISGB), oferecendo os cursos de Gestão, Turismo, Contabilidade, Economia e Comércio. Um ano depois, em 2009, houve a criação de Management (instituição de ensino superior em Bissau), que oferece cursos de Gestão e Informática. Sabe-se que, infelizmente, já não funcionam estas duas instituições, (ISGB Management), no país, por motivos que desconhecemos. Em 2010, surgiu a Universidade Jean Piaget, já com instalações próprias, que está a oferecer cursos de Ciências de Saúde e do Ambiente, Tecnologias, Ciência Política, da Educação e do Comportamento, assim como unidade de Ciência Econômica e Empresarial.

5.2 Acesso ao Ensino Superior na Guiné-Bissau e o investimento do Estado

Nesta seção iremos falar das políticas do governo para o setor da educação, desde criação das infraestruturas assim como a carreira docente. De acordo com o Artigo 16 da Lei Constitucional da República da Guiné-Bissau, a educação visa à formação do homem. Ela deverá manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso.

Segundo Cá (2004) na sua tese de doutorado, afirma no ano de 1975, “a Guiné-Bissau era considerado um dos países africanos com a maior percentagem escolar; um total de 95.000 pessoas, incluindo crianças e adultos” que representavam um total de 13% da população que era de 800.000 habitantes.

Nessa perspectiva, nota-se a vontade política de um país recém independente, na implementação daquilo que foi um dos seus objetivos que é formação de homens capazes de assumirem o destino da nação guineense que durante décadas esteve sob domínio português, e do suposto desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Com base nos dados apresentados na nossa pesquisa, percebe-se que a maioria das instituições de formação e as universidades do país estão centralizados em Bissau, o que dificulta acesso para muitos jovens.

Para Sani (2013), “os jovens residentes das regiões seguem para capital, todos os anos, a procura de formação, deixando assim as regiões no isolamento”. Ainda segundo autor, os jovens que não tiverem condições de ir ou de permanência na capital Bissau, são excluídos do processo de formação técnico, profissional e superior.

Com a falta de instituições de formação nas regiões do país, os jovens residentes das regiões correm riscos de entrar na delinquência juvenil ou crime organizado, com fortes consequências para a sociedade e o país em geral, uma vez que não são dadas oportunidades de se formar localmente. Outro fator que Eugel (2009) vai falar, tem a ver com as cobranças que eram feitas nestas universidades, isto é, as inscrições e as mensalidades, mesmo levando em conta o baixo poder de aquisição da população. Por estas dificuldades, muitos acabam por desistir, por não poderem

continuar a pagar a sua formação, só na Universidade Amílcar Cabral (U.A.C) que era pública, a mensalidade era de 10 mil francos.

Para Sucuma (2013) “o governo deveria assumir a despesa de propina cobrada pela universidade, que é um dever do Estado atender as demandas da sociedade em diferentes aspectos”. Ainda segundo o autor, o Governo deveria criar uma universidade pública mantida só com os recursos públicos do estado, permitindo que todos os cidadãos tenham possibilidades de acesso ao ensino superior. Nessa perspectiva, Sucuma (2013, p. 11-12) explica que:

O envolvimento do governo no sistema educacional é muito pouco. Se formos ver o Orçamento Geral do Estado de 2011, o governo disponibilizou 11. 808. 634 milhões de Fcfa para o Ministério da Educação que gera algo em torno de USD 55. 726 mil dólares americanos, sendo que dos 100% deste orçamento 40% do orçamento total são reservados para execução de 13 programas/projetos, tais como: Programa Mundial de Alimentos “Saúde e Nutrição”, cantinas escolares e reabilitação de educação; Reabilitação, Instalação e Reforço de capacidade Institucional de “Formação de Professores e Integração de um sistema de Exames Nacionais” Projeto de Apoio a Criação de Ambiente Favorável a Criação nas Regiões; Educação às meninas e Apoio a Política Educativa; Programa Educação base e Igualdade dos Gêneros. 100% do total de 40% do orçamento global do Ministério da Educação destinado para programas/projetos 22% vêm de empréstimos contraídos, 3% resultam da participação do governo através da receita interna, 75% vem de doações. No que tange ao Ministério da Defesa, o governo disponibilizou 9. 517. 535 milhões de Fcfa, que corresponde aproximadamente USD 45. 208. 291 dólares americanos, deste montante 3,81% vêm da participação do governo por meio da receita interna. Os dados acima apresentados demonstram a incapacidade financeira do governo em manter o funcionamento de suas instituições através da receita interna, visto porque depende muito de doações e empréstimos, que nem sempre chegam.

Para Sobrinho (2003), a redução dos investimentos no ensino superior tem a ver com as diretrizes do Banco Mundial explicado no documento A educação Superior: lições de experiências de novembro de 1993”. Neste documento, o Banco Mundial faz um duro diagnóstico na educação superior dos países do Terceiro Mundo, onde condena os gastos para com esse setor. Para o Banco Mundial as medidas que deveriam ser tomadas por esses países, passariam necessariamente pela diversificação das instituições privadas, incentivar as públicas a procurarem financiamentos alternativos, até mesmo pela cobrança de taxas estudantis.

Cá (2010) vai dizer que a intervenção do “governo no setor educacional, de acordo com a visão economicista, isto é, neoliberal os pais poderiam comprar serviços educacionais em uma instituição aprovada”, utilizando uma verba que o governo teria lhes concedido anualmente. Com essa verba máxima eles poderiam escolher as

intuições de formação que eles quiserem tanto privadas com fins lucrativos assim como as sem fins lucrativos.

Nesta ótica, na visão de Cá (2010) o papel do governo estaria limitado a garantir que as escolas mantivessem padrões mínimos de qualidade. Ainda para o autor, o aperfeiçoamento do sistema educacional exige que atores políticos assumam todas as suas responsabilidades. De não deixar que as coisas andassem como se as leis de mercado conseguissem corrigir as falhas do sistema educativo ou como se bastasse uma espécie de autorregulação do sistema.

Após o conflito militar de 1998 até 2003 a data da criação da Universidade Amílcar Cabral UAC que funciona em parceria com a universidade Lusófona de Portugal, o governo tem investido pouco na educação.

Segundo Sucuma (2013) a reabilitação das infraestruturas da UAC foi financiada integralmente pela Universidade Lusófona assim como todos mobiliários que lá se encontravam e sem nenhuma participação substancial do governo da Guiné-Bissau. (SUCUMA 2013, p.9)

Ainda de acordo com Sucuma (2013, p.12) numa entrevista com o Tchernó Djaló primeiro e ex-Reitor da UAC onde este afirma que:

Nunca foi explicitamente assumida a vontade política para viabilizar o projeto de ensino superior por parte da classe política. A ideia de federação das instituições de formação que já existiam no país dentro da UAC e criação de algumas novas instituições de ensino superior proposta no estudo não chegou a funcionar por falta da vontade política (entrevista realizada em 31 de Março de 2012, Bissau).

Por isso a UAC funcionou por apenas 5 anos, isto de 2003 a 2008, que depois teve a suspensão do acordo celebrado entre o Ministério da Educação, representando o Governo, e a Universidade Lusófona. SUCUMA (2013, p.21) afirma que:

O impasse foi motivado pela falta de vontade política do governo e da classe política em geral que não se empenhou suficientemente na defesa de um ensino superior a serviço da sociedade guineense. Segundo o Relatório da UNESCO de fevereiro 2013, que fala sobre a Situação do Sistema Educativo que eu tive acesso, na sua página 54 diz que, a partir de 2009, o Ministério da Educação retirou-se da parceria cedendo as instalações à Universidade Privada Lusófona durante três anos,

com o objetivo de recuperar a Universidade (e torná-la pública) depois deste período. (Relatório da situação do sistema educativo de fevereiro, 2013, p.54).

Devido a estas dificuldades, muitos dos jovens recorrem a bolsa de estudo no exterior principalmente para o Brasil a fim de alcançarem uma formação superior para melhor servir o país e a família. Silva (2016) fez várias entrevistas com os estudantes guineenses no Estado de Ceará concretamente nas cidades de Acarape e Redenção, umas das respostas dos estudantes é que as universidades do país na sua maioria são privadas, e eles não tem condição e nem meios para estudar naquelas universidades, além disso, além de pagar a universidade também deparam com falta de material escolar e precisavam pagar transporte para chegar a universidade, no entanto são poucas pessoas que têm essas condições. Um outro fator tem a ver com a falta de implementação de novos cursos que o mercado de trabalho cada vez exige mais.

5.3 O papel do Ensino superior no progresso da sociedade guineense

Um dos objetivos do ensino superior explica Severino (2015) é de “formar profissionais de diferentes áreas aplicadas através de ensino/aprendizagem”. Ao se propor atingir esses objetivos, a educação superior expressa sua destinação última que é contribuir para o aprimoramento da vida dos homens na sociedade. (SEVERINO, 2015, p.22). Para que esses objetivos sejam de fato materializados, é preciso que Estado comece a levar a sério essa questão, de ter como a prioridade o setor educacional, incentivar a pesquisa, a remuneração da classe docente e fiscalizar os conteúdos a serem ministrados nas universidades.

Tendo em conta a isso, Sani (2013) vai dizer que “a falta de recursos humanos na Guiné-Bissau deve-se à falta de aplicação de políticas públicas para o sector educativo”. Neste caso, o país é considerado um dos que pouco investe na educação, em comparação com outros países da sub-região, como se pode ler, no documento DENARP II (2011, p.18), sobre investimento do Governo na educação.

A falta de recursos humanos qualificados é notável na sociedade guineense, as grandes empresas que atuam na guiné são estrangeiras, como uma estrutura funcional dos estrangeiros. Sucuma (2013 p. 14), afirma que, “após a entrada da Guiné-Bissau em várias organizações sub-regionais, o país tem perdido muitas oportunidades político-institucionais para ocupar cabalmente os espaços que tem por direito dentro dessas organizações”. Partindo dessa afirmação, percebe-se que o país precisa urgentemente pensar em como reverter essa situação, para além de não estar a ocupar seu lugar nas organizações sub-regionais onde sempre as decisões políticas sobre o país são tomadas, é visível que dentro do próprio país, tem uma barreira naquilo que toca com o emprego jovem, onde certas empresas como Orange, que prefere trazer técnicos de Senegal com qualificação para atuarem nas empresas em Guiné ao invés dos próprios guineenses.

Quando a questão é o progresso ou tomada das decisões políticas, precisa-se de pessoas altamente qualificadas. Sani (2013), assim sendo, a “aposta na educação superior deve ser um desafio iminente do país para a concretização do desenvolvimento almejado por todos”. Assim sendo, quem sabe administrar nos nossos dias é, provavelmente, quem passou pela educação superior, tendo em conta a complexidade que o setor enfrenta. Por outro lado, quem não tem formação superior dificilmente terá

sucesso para acompanhar as rápidas mudanças ocorridas no mundo. Cassimo (2015) *apud* Silva (2016, p.33)

Precisamos de homens com ideologias e visão no futuro, capazes de entender de uma vez para todas que para haver paz e progresso na Guiné-Bissau, é necessário investir na Educação. A Educação integrada ao coração da sociedade é capaz de produzir uma profunda modificação na realidade social, através do desenvolvimento do conhecimento baseado no aprender a viver juntos; uma Educação dialogante que estabeleça a autêntica comunicação da aprendizagem entre as pessoas.

Não uma mera transferência de conhecimento, mas sim conscientização e testemunho de vida, senão não terá eficácia. Com a Educação notoriamente teremos a solução para a guerra, pobreza, opressão, violência e consumismo. A Educação é tudo. Com uma boa Educação teremos o povo mais consciente dos seus direitos e deveres e capaz de votar em partidos com projetos, não votos étnicos ou fanatismo partidário.

Salienta Sani (2013), que “é necessário construir um ensino superior de caráter educativo não só construir edifícios”, mas sim, ter conteúdos que permita-nos pensar ou compreender em termos sociológicos a relação que existe entre a sociedade bissau-guineense e o meio ambiente assim como as relações com países da sub-região na visão. Um ensino que fará população compreender relação entre a natureza e o homem, as deficiências desta relação, a exemplo da população, dos esgotos, do assoreamento dos rios, da devastação das matas.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em conta natureza do nosso trabalho, decidimos adotar estudo de caso por ser mais ideal para análise que pretendemos levar a cabo. Segundo Araújo (2008, apud SILVA, 2016) o estudo de caso trata-se de uma metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores.

De acordo com Yin (1994, apud SILVA et al. 2016) esta abordagem se adapta à investigação em educação, quando o investigador se depara com situações complexas, de outro lado o autor ainda salienta que esta abordagem é também adequado quando o investigador procura respostas para o “como?” e o “porquê?”, quando procura-se encontrar interações e tensões entre fatores relevantes próprios dessa entidade, quando o objetivo é descrever ou analisar o fenómeno, a que se acessa diretamente, de uma forma profunda e global, e quando o investigador pretende apreender a dinâmica do fenómeno, do programa ou do processo. Ainda o autor, considera que um estudo de caso deve possuir as seguintes características: fenómeno observado no seu ambiente natural; dados recolhidos utilizando diversos meios (observações diretas e indiretas, entrevistas, questionários, registos de áudio e vídeo, diários, cartas, entre outros), uma ou mais entidades (pessoa, grupo, organização) analisadas.

No que se refere à metodologia de análise, optamos por trabalhar com o método qualitativo. Segundo Creswell (2010), é um método que emprega concepções filosóficas, estratégias de investigação, também consta coleta, análises e interpretações de dados. Análise do conteúdo tendo em conta a pesquisa que pretendemos levar a cabo. De acordo com Marconi e Lakatos (2010), exige a comprovação ou refutação das hipóteses, os dados por si só não são relevantes, portanto precisam ser interpretadas, ou seja, mostrar o verdadeiro significado que eles têm.

Dessa forma, estabeleceremos uma estratégia ou técnica de revisão bibliográfica de carácter descritiva buscando artigos nas plataformas online, adquirimos textos com impressos assim como livros na biblioteca que tanto facilite a identificação dos principais trabalhos, também é importante averiguar se trabalhos com problemáticas

semelhantes já foram realizados, que de certa forma vale a pena repetir a investigação. Além disso também serão realizadas entrevistas semiestruturadas

A entrevista é uma técnica importante na coleta de dados, que havia sido usada por investigadores das ciências sociais a muito tempo. A entrevista é uma técnica que associa a observação etnográfica, no qual o investigador participa ativamente na sua pesquisa. Pois, é uma parte importante do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas se deu graças à utilização da entrevista (GIL, 2008).

A entrevista é considerada uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas. Essa pode ser definida como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e por meio de perguntas formuladas busca a obtenção dos dados que lhe interessa. É uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para o objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo (MINAYO, 2010 *apud* BATISTA, MATOS E NASCIMENTO, 2017, p. 29).

Na visão de Batista, Matos e Nascimento (2017), utilizar-se a entrevista para alcance de declarações é buscar envolver a subjetividade da pessoa por meio de seus testemunhos, ou seja, se trata do modo como aquele sujeito enxerga, vivência e analisa seu passado histórico, seu tempo, seu círculo social. A entrevista pode ser utilizada para atingir uma determinada informação ou objetivo que o investigador pretende chegar. Além de análise bibliográfico, faremos as entrevistas com técnico da educação, professores universitários, reitores das instituições de ensino superior no país.

Para a concretização do nosso trabalho, teremos as seguintes etapas: a primeira consiste na organização de dados; segunda tem a ver com a seleção que nos permitirá classificar os dados que serão mais adequados para operacionalização da nossa pesquisa; e por último com base no material já selecionado partiremos para uma análise sobre a questão e melhor responder às questões que se colocam a nossa pesquisa posteriormente atingir o objetivo preconizado que é de analisar o sistema de ensino superior guineense pós-independência, seus desafios e perspectivas.

7.REFERÊNCIAS

AUGEL, Moema Parente. **Desafios de Ensino Superior na África e no Brasil: a Situação do Ensino Universitário na Guiné-Bissau e a Construção da Guineendade**. Estudos de Sociologia. Revista do Programa De Pós-Graduação em Sociologia. UFPE, v.15, n.2, p.137-159, 2009.

BATISTA, Eraldo Carlos. MATOS, Luís Alberto Lourenço. NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. **A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III 2017. ISSN 1980- 7031.

CÁ, Lourenço Ocuni. **Estado: políticas públicas e gestão educacional**/Lourenço Ocuni Cá – Cuiabá: EdUFMT (2010)

CÁ, Lourenço Ocuni. **Perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné-Bissau**. (Dissertação de Doutorado) 2005. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253256>> Acesso em: 10. mar. 2019.

CÁ, Virgínia José Baptista. **Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso da Guiné-Bissau**. Belo Horizonte 2015

CRESWELL. John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto** John W. Creswell; tradução Magda Lopes; consultoria supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. – 3. Ed – Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p. : il. ; 23cm. Disponível em: <<http://ojs.bce.unb.br/index.php/les/article/download/11610/10220>> Acesso em: 10. mar. 2019.

FATI, Calilo. **Guiné-Bissau: A educação para a liberdade (1963-1973)**. Revista Café com Sociologia 7.1, 62-72 | jan. /abr.2018. Disponível em: <<https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/887>> Acesso em: 10. mar. 2019.

FURTADO, Alexandre Brito Ribeiro **Administração e gestão da educação na Guiné-Bissau: Incoerências e descontinuidades**. Doutorado, Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Aveiro (2005).

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo.: Atlas, 1991. Disponível em: <http://www.dem.fmed.uc.pt/Bibliografia/Livros_Educacao_Medica/Livro27.pdf>
<http://www.dem.fmed.uc.pt/Bibliografia/Livros_Educacao_Medica/Livro27.pdf> Acesso em: 10. mar. 2019

LOPES, Luísa da Silva Lopes E. **A lei de bases do sistema educativo da Guiné-Bissau**. (Dissertação de Mestrado) Universidade de Aveiro 2014.

Relatório da Situação do Sistema Educativo: Margens de manobra para o desenvolvimento do sistema educativo numa perspectiva de universalização do Ensino Básico e de redução da pobreza. 2013

SANHÁ, Alberto. **Educação Superior em Guiné-Bissau. Seminário Internacional de Educação Superior da Comunidade de Países de Língua Portuguesa**. Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/cplp/arquivos/sanha.pdf>> Acesso em 01. Mar. 2019.

SANI, Quecoi. **A educação superior no desenvolvimento da Guine Bissau: Contribuições, limites e desafios**. Diss. 2013. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/678/1/PB_PPGDR_M_Sani%2c%20Quecoi_2013.pdf> Acesso em 01. Mar. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cotez, 2007.

SILVA, Antônio Gislailson Delfino da. **Trajetórias de estudantes guineenses no Brasil: do processo de integração ao regresso/retorno**. (2016). Disponível em: <<http://www.repositorio.unilab.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/643/Antonio%20Gislailson%20Delfino%20da%20Silva%20%20com%20ficha.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 10. mar. 2019

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação da educação Superior: flexibilização e regulação**. In. Políticas e gestão de educação superior: transformações recentes e debates atuais. São Paulo 2003

SUCUMA, Arnaldo. **Estado e Ensino superior na Guiné-Bissau 1974-2008**. Diss. – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Recife: UFPE. 2013. Disponível em:

<<http://redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20arnaldo%20sucuma.pdf>> Acesso em 01. Mar .2019.